

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	25
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	63
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	64

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	65
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	52.484	169.038	187.249
1.01	Ativo Circulante	50.762	162.981	130.104
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.761	133.046	110.042
1.01.01.01	Caixa Geral	0	0	628
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	117	989	5.603
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	40.644	132.057	103.811
1.01.03	Contas a Receber	8.675	6.254	15.284
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.675	6.254	15.284
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	8.443	5.728	108
1.01.03.02.03	Créditos a Receber	0	0	14.708
1.01.03.02.04	Adiantamento a Fornecedores	232	526	468
1.01.04	Estoques	0	0	1.380
1.01.07	Despesas Antecipadas	223	269	1.585
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.103	23.412	1.813
1.01.08.03	Outros	1.103	23.412	1.813
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	76	630	759
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	0	22.782	0
1.01.08.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.027	0	1.054
1.02	Ativo Não Circulante	1.722	6.057	57.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.671	6.035	7.169
1.02.01.04	Contas a Receber	208	664	1.520
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	208	664	1.520
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.167	2.001	1.707
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.167	2.001	1.707
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	296	3.370	3.942
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	296	764	1.336
1.02.01.10.04	Indenizações a Receber	0	2.606	2.606
1.02.03	Imobilizado	42	9	3.468

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	42	9	777
1.02.03.01.01	Imobilizado	42	9	700
1.02.03.01.02	Estoque para Imobilizações	0	0	77
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	0	2.691
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	0	0	2.691
1.02.04	Intangível	9	13	46.508
1.02.04.01	Intangíveis	9	13	46.508
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	0	0	46.394
1.02.04.01.02	Estoque para Imobilizações	0	0	114
1.02.04.01.03	Intangível	9	13	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	52.484	169.038	187.249
2.01	Passivo Circulante	11.332	23.280	33.477
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	446	2.621	4.609
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	446	2.621	4.609
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	446	2.621	4.609
2.01.02	Fornecedores	31	116	2.473
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31	116	2.473
2.01.03	Obrigações Fiscais	156	88	7.303
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	156	79	5.965
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	4.999
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	156	79	966
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	0	4
2.01.03.02.01	ICMS	0	0	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	9	1.334
2.01.03.03.01	ISS	0	9	1.334
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.668	11.472	14.082
2.01.04.02	Debêntures	7.668	11.472	14.082
2.01.04.02.01	Remuneração a pagar a debenturistas	0	3.804	6.414
2.01.04.02.02	Instrumentos Financeiros	7.668	7.668	7.668
2.01.05	Outras Obrigações	11	6	4.716
2.01.05.02	Outros	11	6	4.716
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	6
2.01.05.02.04	Seguros a Pagar	3	0	0
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais a Pagar	0	0	463
2.01.05.02.06	Obrigações Para Direito da Concessão	0	0	397
2.01.05.02.07	Receita Diferida	0	0	906
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	2	0	460
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	0	0	2.484

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.06	Provisões	3.020	8.977	294
2.01.06.02	Outras Provisões	3.020	8.977	294
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	0	0	294
2.01.06.02.05	Provisão para Indenizações Trabalhistas e Encargos	3.020	1.865	0
2.01.06.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	7.112	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.434	8.492	7.628
2.02.04	Provisões	3.434	8.492	7.628
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.434	8.492	7.628
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	0	456
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.564	1.564	172
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.870	6.928	7.000
2.03	Patrimônio Líquido	37.718	137.266	146.144
2.03.01	Capital Social Realizado	57.900	99.400	99.400
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	3.596
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	0	3.596
2.03.04	Reservas de Lucros	0	37.866	43.148
2.03.04.01	Reserva Legal	0	7.053	5.449
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	0	12.287
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	30.813	25.412
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.182	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	192.862	248.954
3.01.01	Receita de Serviços	0	200.308	248.817
3.01.02	Receita Extraordinária	0	1.351	1.478
3.01.03	Receita de Construções	0	11.074	23.269
3.01.04	Abatimentos	0	-2.657	-3.240
3.01.05	PIS	0	-1.294	-1.606
3.01.06	COFINS	0	-5.970	-7.412
3.01.07	ISS	0	-9.950	-12.352
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-117.993	-108.077
3.02.01	Custos dos Serviços	0	-106.919	-84.808
3.02.02	Custos de Construções	0	-11.074	-23.269
3.03	Resultado Bruto	0	74.869	140.877
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-39.002	-12.580	-27.558
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.820	-28.956	-22.925
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-14.815	-28.956	-22.925
3.04.02.02	Valores Contingenciados	-18.281	0	0
3.04.02.03	Provisão para Impairment	-22.782	0	0
3.04.02.04	Provisões para Contingências	5.058	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.408	24.121	2.228
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	12.408	24.121	2.228
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-590	-7.745	-6.861
3.04.05.01	Depreciação	-10	-181	-623
3.04.05.02	Depreciação de Arrendamento	0	-2.807	-2.893
3.04.05.03	Outros	-2	-728	-115
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-578	-4.029	-3.230
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-39.002	62.289	113.319
3.06	Resultado Financeiro	-20.679	-11.892	-21.233
3.06.01	Receitas Financeiras	8.285	14.767	17.523

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.285	14.767	17.523
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.964	-26.659	-38.756
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-464	-923	-566
3.06.02.02	Despesa Financeira de Arrendamento	0	-208	-182
3.06.02.03	Remuneração Debenturistas	-28.500	-25.528	-38.008
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-59.681	50.397	92.086
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.172	-18.545	-30.109
3.08.01	Corrente	0	-10.552	-26.747
3.08.02	Diferido	7.172	-7.993	-3.362
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-52.509	31.852	61.977
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	244	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-52.509	32.096	61.977
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	-640,11291	391,29811	755,55637
3.99.01.02	ON	-581,92083	355,70142	686,84531
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	-270,70667	331,71445	628,95058
3.99.02.02	ON	-246,09697	301,52851	571,74311

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-52.509	32.096	61.977
4.03	Resultado Abrangente do Período	-52.509	32.096	61.977

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.901	107.627	129.610
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.290	141.710	152.903
6.01.01.01	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro de Operações Descontinuadas	0	369	0
6.01.01.02	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-59.681	50.397	92.086
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	10	60.828	36.986
6.01.01.04	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	2	2.152	116
6.01.01.05	Provisão para Contingências	13.358	3.501	1.340
6.01.01.06	Reversão de Contingências	-18.416	-2.637	-2.624
6.01.01.07	Recapeamento	0	0	386
6.01.01.08	Reversão Recapeamento	0	-294	-748
6.01.01.09	Provisão para indenizações trabalhistas e encargos	1.155	7.668	0
6.01.01.10	Reversão de indenizações trabalhistas e encargos	0	-5.803	0
6.01.01.11	Provisão para Impairment	22.782	0	0
6.01.01.12	Juros e encargos financeiros	0	0	-1
6.01.01.13	Encargos Debêntures	28.500	25.529	38.008
6.01.01.14	Despesa Financeira - Debêntures	0	0	-12.646
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-611	-34.083	-23.293
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	46	1.316	-1.367
6.01.02.02	Créditos a Receber	0	14.708	-671
6.01.02.04	Adiantamento a Fornecedor	294	-58	-232
6.01.02.05	Estoques	0	1.380	-166
6.01.02.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	468	572	-604
6.01.02.07	Indenizações a receber	2.606	0	1.375
6.01.02.08	Impostos a recuperar	-2.834	-2.970	352
6.01.02.10	Outros Circulantes	1.010	-21.797	-162
6.01.02.11	Salários, Provisões e Contribuições	-651	-1.436	292
6.01.02.12	Fornecedores	-85	-2.357	527
6.01.02.13	Impostos a recolher	68	-2.216	18

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.14	Participações nos Lucros dos Resultados	-1.524	-552	495
6.01.02.15	Outras obrigações a pagar	5	-2.226	177
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-14	-18.447	-23.327
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41	-13.026	-28.691
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-41	-13.026	-28.691
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-79.343	-71.597	-86.104
6.03.01	Empréstimos pagos a terceiros	0	0	-1.365
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-47.039	-40.974	-51.120
6.03.04	Encargos financeiros pagos a terceiros	0	0	-18
6.03.05	Contratos de Arrendamento	0	-2.484	1.505
6.03.06	Obrigações a Investidores	-32.304	-28.139	-35.106
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-92.285	23.004	14.815
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	133.046	110.042	95.227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.761	133.046	110.042

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.400	0	37.866	0	0	137.266
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.400	0	37.866	0	0	137.266
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-41.500	0	-5.539	0	0	-47.039
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.039	0	0	-47.039
5.04.08	Redução de Capital	-41.500	0	41.500	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-52.509	0	-52.509
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-52.509	0	-52.509
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-32.327	32.327	0	0
5.06.06	Absorção de prejuízos	0	0	-32.327	32.327	0	0
5.07	Saldos Finais	57.900	0	0	-20.182	0	37.718

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.400	3.596	43.148	0	0	146.144
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.400	3.596	43.148	0	0	146.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.596	-6.886	-30.492	0	-40.974
5.04.01	Aumentos de Capital	3.596	-3.596	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.066	-30.492	0	-31.558
5.04.08	Dividendos sobre extinção de reservas	-3.596	0	-5.820	0	0	-9.416
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.096	0	32.096
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.096	0	32.096
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-10.683	10.683	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-10.683	10.683	0	0
5.07	Saldos Finais	99.400	0	25.579	12.287	0	137.266

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.400	3.596	33.494	0	0	136.490
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.400	3.596	33.494	0	0	136.490
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	4.225	-55.345	0	-51.120
5.04.06	Dividendos	0	0	4.225	-55.345	0	-51.120
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-1.203	61.977	0	60.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.977	0	61.977
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-1.203	0	0	-1.203
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.632	-6.632	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.632	-6.632	0	0
5.07	Saldos Finais	99.400	3.596	43.148	0	0	146.144

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	12.406	233.980	272.629
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	197.650	245.577
7.01.02	Outras Receitas	12.406	36.330	27.052
7.01.02.01	Receitas Extraordinárias	0	1.351	1.478
7.01.02.02	Receitas de Construções	0	11.074	23.269
7.01.02.03	Receitas de Operações Descontinuadas	0	369	0
7.01.02.04	Outras	12.406	23.536	2.305
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.711	-64.450	-75.362
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	0	-5.017	-6.923
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.711	-48.359	-45.170
7.02.04	Outros	0	-11.074	-23.269
7.02.04.01	Custos de Construções	0	-11.074	-23.269
7.03	Valor Adicionado Bruto	-32.305	169.530	197.267
7.04	Retenções	-10	-60.649	-36.823
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10	-60.649	-36.823
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-32.315	108.881	160.444
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.285	14.767	17.523
7.06.02	Receitas Financeiras	8.285	14.767	17.523
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-24.030	123.648	177.967
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-24.030	123.648	177.967
7.08.01	Pessoal	5.545	25.192	21.067
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.201	14.166	12.705
7.08.01.02	Benefícios	612	3.253	3.965
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.155	3.744	1.167
7.08.01.04	Outros	577	4.029	3.230
7.08.01.04.01	Participações Empregados	577	4.029	3.230
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-5.934	40.085	56.122
7.08.02.01	Federais	-5.934	30.060	43.024

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.02.02	Estaduais	0	0	738
7.08.02.03	Municipais	0	10.025	12.360
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.868	26.275	38.801
7.08.03.01	Juros	79	445	521
7.08.03.02	Aluguéis	289	301	272
7.08.03.03	Outras	28.500	25.529	38.008
7.08.03.03.01	Remuneração Debenturistas	28.500	25.529	38.008
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-52.509	32.096	61.977
7.08.04.02	Dividendos	0	24.953	48.741
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-52.509	7.143	13.236

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2023, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do Período

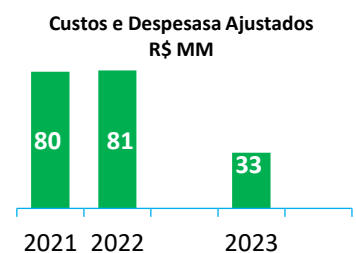
Em 11/08/2023, A ANTT, na esfera administrativa, aprovou o valor incontroverso do processo de Haveres e Deveres, restando, ainda, a aprovação de instâncias superiores para posterior definição de forma e prazo de pagamento dos créditos devidos a CRT.

A CRT continua as tratativas junto à ANTT/UNIÃO para viabilizar o pagamento do valor incontroverso apurado e aprovado no processo de Haveres & Deveres.

Desempenho econômico-financeiro

Custos e Despesas

R\$ mil	2023	2022	Δ%
Custos e Despesas	(51.410)	(154.962)	-66,8%
Pessoal	(6.394)	(28.502)	-77,6%
Operacionais e Administrativas	(26.126)	(27.029)	-3,3%
Conservação e Manutenção	-	(13.445)	-100,0%
Ônus da Concessão	-	(3.464)	-100,0%
Outros Custos/Despesas	-	(8.273)	-100,0%
Provisões Líquidas	(18.880)	(2.526)	647,3%
Custo da Construção (IFRS)	-	(11.074)	-100,0%
Depreciações e Amortizações	(10)	(60.649)	-100,0%
Custos e Despesas Ajustados¹	(32.520)	(80.713)	-59,7%

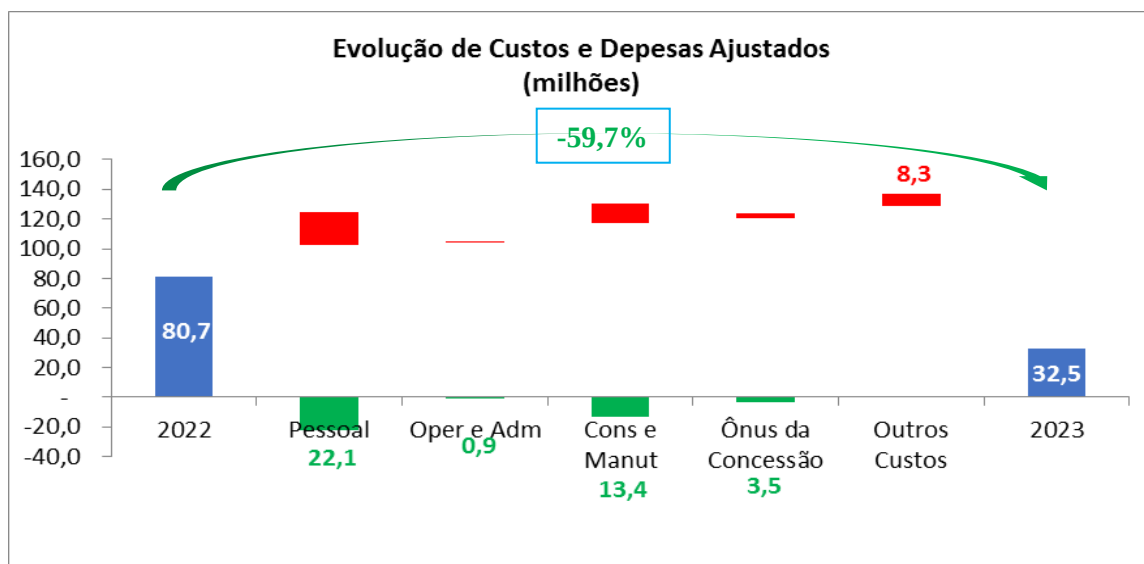
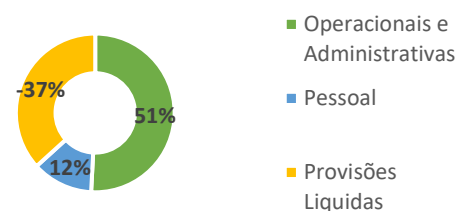


¹Exclui Custo de Construção, Provisões, Depreciações e Amortizações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os Custos e Despesas ajustados estão R\$ 48,1M (-59,7%), abaixo dos custos registrados em 2022. A redução decorre do fim das operações da companhia em set/2022. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** – devido à redução no quadro de funcionários; **Operacionais e Administrativas / Depreciação e Amortização** – Redução devido ao fim das operações.

Custos e Despesas

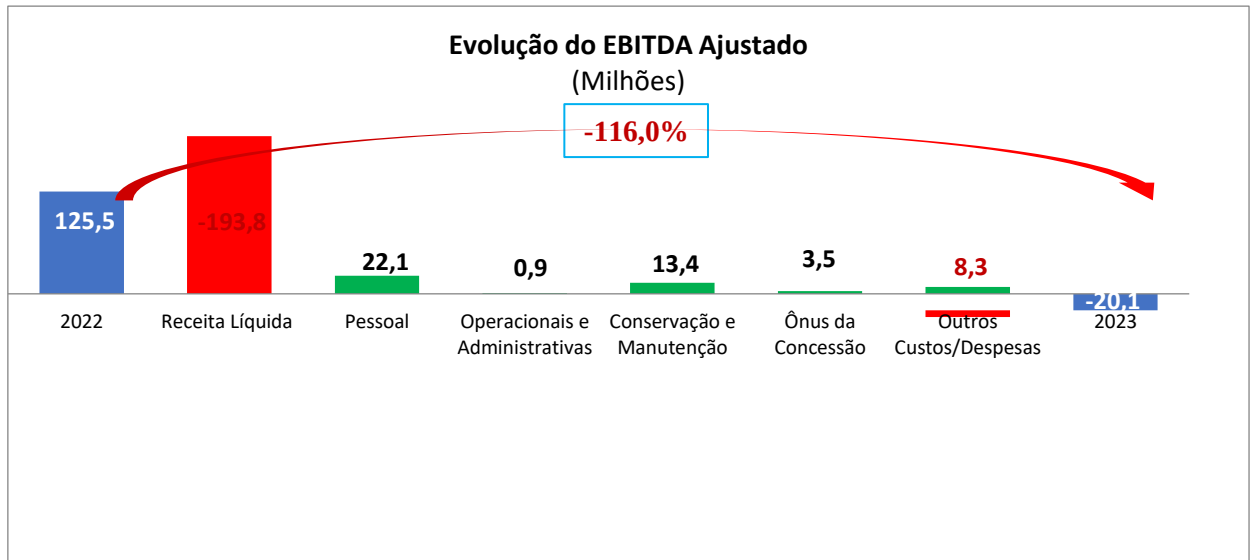


EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA Ajustados	2023	2022	Δ%
Receita Líquida Ajustada ¹	12.408	206.177	-94,0%
Pessoal	(6.394)	(28.502)	-77,6%
Operacionais e Administrativas	(26.126)	(27.029)	-3,3%
Conservação e Manutenção	-	(13.445)	-100,0%
Ônus da Concessão	-	(3.464)	-100,0%
Outros Custos/Despesas	-	(8.273)	-100,0%
EBITDA Ajustado	(20.112)	125.463	-116,0%
Margem EBITDA Ajustada	-162,1%	60,9%	-223,5 p.p.

¹Exclui Receita de Construção e provisões

O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 20,1M, queda de R\$ 145,6M (-116%) em relação ao apurado em 2022. A queda da Margem EBITDA Ajustada foi de -222,9% (-223,5 p.p.).

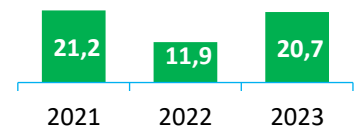
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Resultado Financeiro

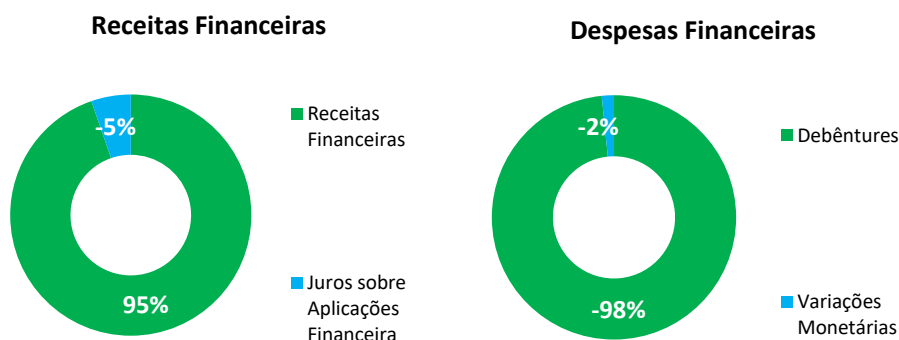
Resultado Financeiro - R\$ mil	2023	2022	Δ%
Receitas Financeiras	8.285	14.767	-43,9%
Juros sobre Aplicações Financeira	8.285	14.724	-43,7%
Outros	-	43	-100,0%
Despesas Financeiras	(28.964)	(26.659)	8,6%
Debêntures	(28.500)	(25.528)	11,6%
Juros sobre Financiamentos	-	-	0,0%
Variações Monetárias	(464)	-	0,0%
Outros	-	(1.131)	-100,0%
Resultado Financeiro	(20.679)	(11.892)	73,9%

Desp Financeiras Líquidas
R\$ MM



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O resultado financeiro da Companhia em 2023 totalizou R\$ 20,7M de despesas financeiras líquidas, o que representa uma queda de R\$ 8,8M em relação a 2022, devido a maior distribuição da remuneração das debêntures e menor rendimento com aplicações financeiras.



Resultado do Exercício

DESCRIÇÃO	2023	2022	Δ%
Veículos equivalentes	-	10.021	0,0%
Receita operacional líquida	12.408	217.251	-94,3%
Receitas operacionais	-	200.308	-100,0%
Abatimentos	-	(2.657)	-100,0%
PIS, COFINS, ISS e outros	-	(17.214)	-100,0%
Outras receitas	12.408	25.740	-51,8%
Receita de construção	-	11.074	-100,0%
Custos e despesas	(51.400)	(94.313)	-45,5%
Custos e despesas	(32.520)	(77.249)	-57,9%
Provisões diversas	(37.296)	(5.365)	595,2%
Reversões diversas	18.416	2.839	548,7%
Ônus da concessão	-	(3.464)	-100,0%
Custo de construção	-	(11.074)	-100,0%
EBITDA	(38.992)	122.938	-131,7%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>-314,25%</i>	<i>56,59%</i>	<i>-370,84 p.p.</i>
Depreciações e amortizações	(10)	(60.649)	-100,0%
Despesas financeiras líquidas	(20.679)	(11.892)	73,9%
Prejuízo/Lucro antes i. renda	(59.681)	50.397	-218,4%
Imposto de renda/contribuição social	7.172	(18.545)	-138,7%
Prejuízo/Lucro líquido das operações continuadas	(52.509)	31.852	-264,9%
Prejuízo/Lucro líquido das operações descontinuadas	-	244	-100,0%
Prejuízo/Lucro líquido/receita líquida	-423,19%	14,66%	-437,85 p.p.
Receita líquida ajustada¹	12.408	206.177	-94,0%
EBITDA ajustado²	(20.112)	125.464	-116,0%
Margem EBITDA ajustada	-162,1%	60,9%	-223,0 p.p.

¹ Exclui receita de construção e provisões

² Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício de 2023, a companhia gerou prejuízo contábil, atingindo a margem EBTIDA ajustada de -162,1%, contra 60,9% em 2022. A redução é provocada pelo fim da operação da rodovia.

Reconciliação EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado	2023	2022	Δ%
Lucro líquido no ano	(52.509)	31.852	-264,9%
Imposto de Renda e CSLL	(7.172)	18.545	-138,7%
Remuneração Debenturistas	28.500	25.528	11,6%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(7.821)	13.636	-157,4%
Depreciação e amortização	10	60.649	-100,0%
EBITDA	(38.992)	150.210	-126,0%
Provisões Líquidas	18.880	2.526	647,4%
EBITDA Ajustado	(20.112)	152.736	-113,2%
Margem EBITDA Ajustada	-162,1%	74,1%	-236,2 p.p.

Disponibilidade e Endividamento

Todos os financiamentos obtidos pela companhia foram devidamente quitados.

Disponibilidade e Endividamento Consolidado

Endividamento R\$ mil	2023	2022	Δ%
Curto Prazo	7.668	11.472	-33,2%
Debêntures	7.668	11.472	-33,2%
Dívida Bruta	7.668	11.472	-33,2%
Caixa e Equivalente de Caixa	40.761	133.046	-69,4%
Dívida Líquida	(33.093)	(121.574)	-72,8%
EBITDA Ajustado	(20.112)	152.736	-113,2%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	1,65 -	0,80	-306,7%

¹EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses

A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 40,8M, sendo inferior ao saldo de 2022 em R\$ 92,2M. A redução do saldo deve-se ao fim

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

da operação da rodovia e aos desembolsos com dividendos e remuneração das debêntures, com gastos decorrentes do passivo remanescente da companhia.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2023 é de R\$ 7,7M, uma redução de R\$ 3,8M em relação ao saldo de dezembro/2022.

A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2023 apresentou o indicador de -1,65 contra -0,80 de 2022.

Política de Distribuição de Resultados

Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. A Companhia tem buscado maximizar a distribuição de dividendos, após atendimento das exigências contratuais, legais e operacionais, tendo como meta a distribuição anual mínima de 75% do resultado após constituição das reservas legais e estatutárias.

Remuneração das Debêntures

Cada debênture terá direito à participação nos lucros da companhia, após constituição das reservas legais e estatutárias, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela CRT de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela empresa a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. A participação nos lucros é calculada de acordo com a seguinte fórmula: $(R = 4,1180175 \times D)^1$.

Atribuições no ano

O montante atribuído aos acionistas e a remuneração das debêntures em 2023 totalizaram R\$ 70M. A distribuição aos acionistas ocorreu em função da redução do capital social,

¹ R = remuneração total de cada Debênture; e D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, observando a ressalva do disposto na Cláusula 2.17 da Escritura de Emissão das Debêntures.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

considerado excessivo face ao encerramento das operações, enquanto aos debenturistas foi feita a distribuição de lucros acumulados.

Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2023 com o efetivo de 21 funcionários.

A CRT manteve o subsídio do seguro de vida em grupo, da assistência médica, do Vale Transporte e do Vale Refeição, bem como incentivo a prática de atividade física.

Governança Corporativa

Conselho de Administração

A CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, validar e recomendar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

Comitê de Conduta e Ética

Composto por um colaborador externo, um colaborador membro do Conselho de Administração da CRT e um colaborador interno indicado pelo Presidente do Comitê de Ética da CRT, todos formalmente nomeados ou destituídos pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse comitê tem como principais atribuições: auxiliar todos os colaboradores na compreensão das diretrizes éticas da CRT, zelar pela atualização dessas diretrizes, analisar e decidir sobre eventuais infrações e violações ao Código de Ética da CRT, determinar adoção de medidas necessárias em caso de descumprimento das políticas definidas no Código de Ética, e assegurar que o Conselho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da CRT.

Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

Outros Comitês

A Companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores.

Para mais informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.rioteresopolis.com.br, na seção Relações com Investidores.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, BKR Lopes Machado Auditores, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BKR Lopes Machado Auditores e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Agradecimentos**

Aproveitamos o ensejo para agradecer ao permanente apoio dos acionistas, investidores, conselheiros, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

1 - Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995, sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede esteve localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), s/n, Km 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ, durante o período de exploração da rodovia e atualmente, a sede da CRT encontra-se localizada na Rua do Passeio, 38, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR. Suas atividades compreendiam, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22 de março de 1996.

Em 18 de março de 2021 foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão. A ANTT através da Deliberação Nº158 de 20 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de abril de 2022, aprovou o reajuste anual da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 18,80 para R\$ 21,70, que passou a vigorar a partir do dia 01 de maio de 2022. O Processo relacionado a apuração de haveres e deveres foi iniciado atendendo a Resolução da ANTT 5.926, de 02 de fevereiro de 2021.

A CRT protocolou em 05 de maio de 2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013, provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto à ANTT uma forma de reequilibrá-lo. Embora a ANTT tenha reconhecido através da Resolução nº 5.417 de 20 de setembro de 2017, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, continuam em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro de 2018.

Notas Explicativas

Em 20 de maio de 2022 foi realizado o leilão da Rodovia Rio-Valadares (CRV) tendo sido declarada vencedora a empresa Ecorodovias. Em atendimento ao Ofício SEI 17453/2022/SUOD/DIR-ANTT, de 8 de junho de 2022, a CRT iniciou as tratativas do processo de transição com a ANTT e a empresa vencedora do leilão citado acima.

A CRT realizou inúmeras tentativas com a ANTT para continuar operando a rodovia, uma vez que o processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ainda não havia sido concluído. A ANTT não se manifestou favorável quanto as alegações da CRT.

Em 01 de setembro de 2022, a CRT ajuizou Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de urgência, visando a continuidade na exploração da rodovia, até que fossem apreciados os pleitos de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro e a conclusão do processo de haveres e deveres em análise pela ANTT. Em 20 de setembro de 2022, em decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região houve o indeferimento do pedido realizado pela CRT para restabelecer a administração do trecho concedido mediante a celebração do contrato de concessão.

Em 21 de setembro de 2022, às 00:00 horas, o novo concessionário EcoRioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis S.A – CRT.

A ANTT, através da Deliberação Nº 248 de 11 de agosto de 2023, aprovou o saldo final de haveres e deveres (valor incontroverso) devido à CRT no montante, atualizado para dezembro/23, de R\$ 420.923.802,69 (quatrocentos e vinte milhões e novecentos e vinte e três mil e oitocentos e dois reais e sessenta e nove centavos), sem, no entanto, confirmação do valor e da data do empenho no orçamento da união para futuro pagamento.

A ANTT encaminhou para as instancias superiores (Ministérios do Transporte, Planejamento & Fazenda) para validação e autorização do valor final do Haveres & Deveres.

Em 26 de janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) propôs diligência na ANTT e no Ministério dos Transportes objetivando examinar os valores de reequilíbrio de todos os contratos de concessão das rodovias relacionados à COVID 19.

A CRT manteve a classificação deste item como ativo contingente e continua as tratativas com a ANTT & UNIÃO para a definição do prazo de pagamento dos créditos devidos a CRT.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2024.

2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas Explicativas

2.1. Bases de preparação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.18.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*“International Financial Reporting Standards”* (IFRS)), emitidas pelo *“International Accounting Standards Board”* (IASB), bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há normas IFRS/CPC e/ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderão ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

Notas Explicativas

2.4 Créditos a receber

Os créditos a receber correspondiam aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas.

2.5 Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão foram registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial do ativo intangível era feito pelo custo de aquisição/ construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis era reconhecida com base no prazo de concessão. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

Notas Explicativas

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e serão depreciados até o encerramento da Companhia. Abaixo vida útil estimada:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

2.7 Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de doze meses. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.10 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Notas Explicativas

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções da receita bruta na Demonstração do Resultado, juntamente com o ISS.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2.11 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, quando aplicável em conformidade com a política que atribui na parcela do lucro destinado aos acionistas após certos ajustes, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

2.12 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.13 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das classificações, levando em consideração o tipo de transação, tipo de cliente e as especificações de cada operação.

a) Receita de serviços

A receita de serviços compreendia a cobrança e pedágio e era mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A atividade da Companhia era alcançada pela ICPC01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas Demonstrações do Resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

Notas Explicativas

2.14 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.15 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, e os circulantes somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas Explicativas

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da Administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *b.2) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 14 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda “possível”, os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para “provável”.

b.3) Operações descontinuadas

Em 27 de maio de 2022, a Administração da Companhia aprovou o início do processo de descontinuidade das atividades da Concessionária.

Notas Explicativas

Assim, os ativos da CRT foram reclassificados no ativo não circulante como ativos não circulantes mantidos para venda de operações descontinuadas. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizados não são mais amortizados ou depreciados. A Administração da Companhia considera que o processo de descontinuidade das atividades da CRT satisfaz os critérios para sua reclassificação como ativos de operações descontinuadas pelos seguintes motivos:

- Os ativos foram disponibilizados para venda, tendo grande parte deste sido adquiridos no seu estado atual;
- Os ativos reversíveis foram segregados como ativos da concessão e transferidos para o órgão regulador (ANTT) e a nova concessionária;
- A Administração da Companhia planejou a venda dos ativos disponíveis e concluiu as negociações.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.19 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os

Notas Explicativas

instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A classificação poderá ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na Demonstração do Resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabilizava a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não era registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhecia um intangível à medida que recebia autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura era reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

Notas Explicativas

3 - Gestão de Risco Financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa. Risco de crédito.

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “rating” mínimo “A(bra)”. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 40.644 (R\$ 132.057 em 2022), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como

Notas Explicativas

consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber e fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são

Notas Explicativas

reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	40.644	40.644	40.644
Taxa anual estimada do CDI	13,04%	9,78%	6,52%
Efeito anual no caixa líquido	5.300	3.975	2.650

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(d) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, podem ser assim sumariados:

	2023	2022
Debêntures (Nota 17)	7.668	11.472
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(40.761)	(133.046)
Dívida líquida	(33.093)	(121.574)
Total do patrimônio líquido	37.718	137.266
Total do capital	4.625	15.692
Índice de alavancagem financeira	(7,16)	(7,75)

Em 13 de julho de 2022, a classificadora de riscos Fitch Ratings afirmou e, ao mesmo tempo, retirou o Rating Nacional de Longo Prazo “AAA (bra) da Concessionária Rio-Teresópolis S.A (CRT), com perspectiva estável.

4 - Contrato de Concessão

A exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades foram submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio-Teresópolis - CRT deteve o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 26 anos e seis meses, se encerrando em 21 de setembro de 2022.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
<u>Caixa e Bancos (VJR):</u>	117	989
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo (VJR):</u>		
Banco Santander S.A.	-	2
Banco ABC Brasil S.A.	-	1
Banco Bradesco S.A	40.644	132.054
Total das Aplicações	40.644	132.057
Total caixas, bancos e aplicações	40.761	133.046

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 99,0% e 101,0% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

Notas Explicativas**6 - Indenizações a Receber**

	2023	2022
Desequilíbrio financeiro	11.546	11.546
Desequilíbrio financeiro - ISS	11.236	11.236
		-
Circulante	22.782	22.782
(-) Impairment	(22.782)	-
Total	-	22.782

Os valores registrados no exercício de 2022 correspondem ao desequilíbrio econômico-financeiro a ser recebido, resultante da diferença entre o tráfego realizado e o recolhimento do ISS sobre o valor reequilibrado na tarifa. Essa diferença refere-se à indenização contratual no período de extensão do Contrato de Concessão, conforme determinado no quinto aditivo. A Companhia realizou a provisão para a redução do valor recuperável, em decorrência das recentes tratativas realizadas pela ANTT, conforme evidenciado na nota 1.

7 - Impostos, taxas e contribuições**a) Créditos tributários**

	2023	2022
Imposto de Renda e Contribuição Social*	6.281	5.714
IRRF sobre Aplicações Financeiras	2.148	-
IPTU	14	14
Circulante	8.443	5.728

*Trata-se de crédito de saldo negativo apurado no exercício de 2022 devido ao fim da exploração da rodovia. Foi realizado pedido de restituição deste saldo negativo à Receita Federal, sendo possível a sua utilização para compensar os débitos próprios, relativos a tributos administrados pela Receita Federal.

Notas Explicativas**b) Obrigações fiscais**

	2023	2022
PIS e COFINS	123	76
ISS	-	9
IRRF	33	3
Circulante	156	88

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Circulante						
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Impairment	5.696	2.050	7.746			
IR e CSLL diferidos s/ Indenizações Trabalhistas	755	272	1.027	466	168	634
Ativo circulante	6.451	2.322	8.773	466	168	634
Passivo						
IR e CSLL diferidos s/ Reequilíbrio	(5.696)	(2.050)	(7.746)	(5.696)	(2.050)	(7.746)
Pis e Cofins s/ Reequilíbrio Haveres & Deveres			-			
Passivo circulante	(5.696)	(2.050)	(7.746)	(5.696)	(2.050)	(7.746)
Imposto diferido líquido ativo/passivo	755	272	1.027	(5.230)	(1.882)	(7.112)

Os impostos diferidos anteriormente classificados no Não Circulante foram transferidos para o Circulante, no balanço patrimonial, em função das diferenças temporárias estarem intrinsecamente vinculadas ao Contrato de Concessão.

Notas Explicativas**d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Não Circulante						
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	858	309	1.167	2.123	764	2.887
Ativo não circulante	858	309	1.167	2.123	764	2.887
Passivo						
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	-	-	-	(652)	(234)	(886)
Passivo não circulante	-	-	-	(652)	(234)	(886)
Imposto diferido líquido ativo	858	309	1.167	1.471	530	2.001
	2023			2022		
Lucro/Prejuízo antes da tributação - operações continuadas			(59.681)			50.397
Lucro antes da tributação - operações descontinuadas			-			369
Lucro antes da tributação			-			50.766
IR e CS sobre lucro líquido 34% - operações continuadas			-			(17.135)
IR e CS sobre lucro líquido das operações descontinuadas 34%			-			(125)
Despesas não dedutíveis diversas			-			(1.394)
Exclusões permanentes diversas			-			8.030
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias			-			7
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores			-			(121)
IRPJ e CSLL s/ Reequilíbrio			-			(7.746)
IRPJ e CSLL s/ Indenizações Trabalhistas			-			634
IRPJ e CSLL sobre contratos de arrendamento			-			(844)
Outros			-			24
IR e CS totais			-			(18.670)
Corrente			-			(10.677)
Diferido			7.172			(7.993)

Notas Explicativas

8 - Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2022							
Saldo inicial líquido	415	129	98	12	46	77	777
Aquisições	-	-	-	-	-	32	32
Transferências	43	73	11	-	-	(141)	(14)
Baixas	(1.857)	(1.049)	(328)	(1.217)	(267)	(28)	(4.746)
Depreciação	(67)	(78)	(18)	(12)	(7)	(19)	(201)
Transferências	(23)	(37)	-	-	-	72	12
Baixas	1.489	969	239	1.217	228	7	4.149
Saldo contábil líquido	-	7	2	-	-	-	9
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	-	181	7	80	-	-	268
Depreciação acumulada	-	(174)	(5)	(80)	-	-	(259)
Saldo contábil líquido	-	7	2	-	-	-	9
Em 1º de janeiro de 2023							
Saldo inicial líquido	-	7	2	-	-	-	9
Aquisições	-	-	-	-	40	-	40
Baixas	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Depreciação	-	(4)	(1)	-	-	-	(5)
Baixas	-	4	-	-	-	-	4
Saldo contábil líquido	-	1	1	-	40	-	42
Em 31 de dezembro de 2023							
Custo	-	175	7	80	40	-	302
Depreciação acumulada	-	(174)	(6)	(80)	-	-	(260)
Saldo contábil líquido	-	1	1	-	40	-	42

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estiveram vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

9 - Intangível

	Infraestrutura				Estoques P/ Imobilizações (*)	Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)				
Em 01 de dezembro de 2022								
Custo	228.258	49.076	268.037	1.984	264	24	1.018	548.661
Amortização acumulada	(191.034)	(47.675)	(262.452)	-	(150)	(8)	(834)	(502.153)
Saldo contábil líquido	37.224	1.401	5.585	1.984	114	16	184	46.508
Em 31 de dezembro de 2022								
Saldo inicial	37.224	1.401	5.585	1.984	114	16	184	46.508
Aquisições	-	-	-	11.074	261	-	-	11.335
Transferências	7.423	496	5.376	(13.058)	(415)	-	-	(178)
Baixas	(438)	(22.381)	(390)	-	(39)	(51)	(947)	(24.246)
Amortização	(45.699)	(1.827)	(9.761)	-	(109)	-	(139)	(57.535)
Transferências	1.052	69	(1.200)	-	129	-	-	50
Baixas	438	22.242	390	-	59	35	915	24.079
Saldo contábil líquido	-	-	-	-	-	-	13	13
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	235.243	27.191	273.023	-	71	(27)	71	535.572
Amortização acumulada	(235.243)	(27.191)	(273.023)	-	(71)	27	(58)	(535.559)
Saldo contábil líquido	-	-	-	-	-	-	13	13
Em 1º de janeiro de 2023								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	13	13
Amortização	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Saldo contábil líquido	-	-	-	-	-	-	9	9
Em 31 de dezembro de 2023								
Custo	-	-	-	-	-	-	71	71
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	(62)	(62)
Saldo contábil líquido	-	-	-	-	-	-	9	9

Notas Explicativas

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes de recuperabilidade para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Não houve capitalização de encargos financeiros que incorrem sobre financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Em setembro de 2022, o intangível foi transferido à ANTT/Nova Concessionária, em conformidade com o encerramento da exploração da rodovia.

10 - Fornecedores, Arrendamento Mercantil e outras Obrigações

a) Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	31	116
	31	116

b) Outras obrigações

	2023	2022
Seguros a Pagar ⁽²⁾	3	-
Outras ⁽³⁾	2	
	5	116
Dividendos	6	6
Total	42	122

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2023 representam obrigações com prazos de pagamento geralmente inferiores a três meses.

(2) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia. (Nota 22).

(3) Obrigações relativas ao Sindicato Nacional das Concessionárias de Rodovias.

Notas Explicativas**11 - Salários, Provisões e Contribuições**

	2023	2022
Obrigações Trabalhistas	259	322
Participação no Resultado	-	1.524
Encargos Trabalhistas	79	385
Imposto de Renda Retido na Fonte	56	320
Benefícios	4	10
Outros	48	60
Total Circulante	446	2.621

A redução nas rubricas acima refere-se ao desligamento dos colaboradores em função do término da exploração da rodovia.

12 - Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 25). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 296 em dezembro de 2023 (R\$ 764 em 2022), depositados e bloqueados judicialmente referente aos processos cíveis e trabalhistas, nos valores de R\$ 228 (R\$ 394 em 2022) e R\$ 68 (R\$ 370 em 2022), respectivamente.

Composição e movimentação do saldo:

	Saldo Inicial 2023	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 2023
Trabalhistas	1.564	-	-	-	1.564
Cíveis	6.928	13.358	(18.255)	(161)	1.870
Valor Provisionado	8.492	13.358	(18.255)	(161)	3.434

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível no montante de R\$1.870, referente a ações ajuizadas contra a CRT, envolvendo atropelamento de animais de pequeno porte, atropelamento de objetos no asfalto, queda de galhos de árvores e outros incidentes.

No segundo trimestre de 2023, foi celebrado acordo judicial referente a ação cível ajuizada em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Em função da decisão,

Notas Explicativas

foram realizados o complemento da provisão e pagamento da indenização ao longo do segundo trimestre, sendo obtido o reembolso desse dispêndio pela seguradora.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, possível e remota envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de terceiros, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05 de maio de 2017 nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, decidiu recalcular o valor do reequilíbrio, não havendo, até o momento, consenso com a CRT entre o montante, prazo e forma de reequilibrar o contrato de concessão, a despeito das previsões contratuais e legislação em vigor.

A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste.

d) Contingências possíveis

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 18.957 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 32.967 em 2022), referente a processos trabalhistas e cíveis, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

Notas Explicativas

	2023	2022
Trabalhistas	2.837	2.942
Cíveis	15.137	29.617
Fiscais	-	408
	<u>17.974</u>	<u>32.967</u>

13 - Provisão para Indenizações Trabalhistas e Encargos

A Companhia constituiu provisão para indenizações trabalhistas e encargos, face ao término da exploração da rodovia. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação na data do balanço.

Abaixo a composição dos saldos da provisão para indenizações trabalhistas e encargos em 31 de dezembro de 2023:

	2023	2022
Provisão para indenizações trabalhistas	2.175	1.343
Provisão para encargos trabalhistas	845	522
	<u>3.020</u>	<u>1.865</u>

14 - Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001 com as seguintes características, resumidas:

- 1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
- 2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
- 3) Valor da emissão (em R\$): (Cláusula 2.7): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão, sendo que, após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor total passou a R\$ 37.287.
- 4) Data de emissão: (Cláusula 2.6): Para todos os efeitos da presente Escritura, inclusive participação nos lucros, a data de emissão das Debêntures será aquela do primeiro dia útil após a data de

Notas Explicativas

publicação de 2º anúncio de início de distribuição das Debêntures (“Data de Emissão”).

- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor nominal total passou a R\$ 7.668.
- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2.165,13 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o prêmio de emissão total passou a R\$ 29.619.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 4º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, observado o disposto nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário no caso previsto na Cláusula 2.19.1 abaixo e no caso de o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.
- 2.19.1 Observado o disposto na Cláusula 2.19 acima e nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que: (i) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente do descumprimento de quaisquer obrigações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em relação ao Contrato de Concessão; (ii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de quaisquer pleitos judiciais ou

Notas Explicativas

administrativos da Emissora para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de demandas judiciais cujo objeto seja o recebimento de quaisquer créditos de titularidade da Emissora.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, sendo certo que, conforme previsto na Cláusula 2.11.4 abaixo, a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória com relação à totalidade das Debêntures em circulação no Deadline (conforme definido abaixo) (“Conversão Automática”), observando o disposto nos demais subitens da Cláusula 2.11 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá obrigatoriamente ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da distribuição, pela Emissora aos Debenturistas, do resultado líquido dos créditos recebidos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em razão do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995, incluindo eventuais aditivos celebrados (respectivamente, “Deadline” e “Contrato de Concessão”), observado o disposto nos subitens deste item 2.11.4 e, ainda, o disposto no item 2.14 quanto à forma de remuneração.

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

Notas Explicativas**10) Destinação dos Recursos:**

(Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração:

(Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

- a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

- b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

Notas Explicativas

- c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

- 12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Face a aprovação do oitavo e nono aditivo da escritura de emissão das debêntures em 18 março de 2021, que alterou o prazo de conversão (nota explicativa 01) e também devido à atual inaplicabilidade e inefetividade da cláusula de vencimento antecipado, a Companhia reverteu o valor de atualização das debêntures, restando como passivo, o valor nominal e as obrigações de remuneração das debêntures que não se alteraram.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.rioteresopolis.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963
Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676
Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (Não houve ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2023 R\$ 7.668 em 31 de dezembro de 2022), corresponde ao compromisso da Companhia com obrigação de remuneração com os debenturistas.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado.

Notas Explicativas

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

Remuneração de debêntures

	Saldo Inicial 2023	Adições	Baixas	Saldo Final 2023
Debêntures remuneração	3.804	28.500	(32.304)	-
Total	3.804	28.500	(32.304)	-

15 - Patrimônio Líquido**a) Capital social**

O capital social é de R\$ 57.900, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2022, foi aprovada a redução do capital social da Companhia em R\$ 41.500, passando de R\$ 99.400 para R\$ 57.900 em março de 2023, após o decurso do prazo de 60 dias da publicação da referida ata, não havendo alteração percentual na composição acionária.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2023						2022	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A. - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
Serra Concessões S/A.	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A.	10.264	21,04	8.201	21,76	18.465	21,35	18.465	21,35
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

Notas Explicativas**b) Dividendo**

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	2022
Lucro líquido do exercício	32.096
Reserva legal	(1.605)
Base de cálculo	30.491
Percentual do dividendo	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	7.623
Dividendo adicional pago	17.330
Dividendo adicional proposto	5.538
Total de dividendos	<u>30.491</u>

Para o exercício de 2022, a distribuição atribuída foi de 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, os dividendos adicionais pagos e os dividendos adicionais propostos. Em relação ao exercício de 2023, não houve distribuição em função do prejuízo apurado no exercício.

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no exercício:

	Saldo Inicial 2023	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 2023
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	5.539	(5.539)	-
*Dividendo s/ redução do capital social	-	41.500	(41.500)	-
Total de dividendos	<u>6</u>	<u>47.039</u>	<u>(47.039)</u>	<u>6</u>

*A companhia reduziu o Capital Social, por ser considerado excessivo e restituiu aos seus acionistas em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia.

Notas Explicativas**c) Reservas****c.1) Reserva legal**

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.2) Reserva de retenção de lucros

Anteriormente constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão encerrado em 21 de setembro de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	2023	2022
Reserva legal	-	7.053
Reserva de retenção de lucros	-	30.813
Total das reservas	-	37.866

No exercício de 2023, a Companhia apurou prejuízo contábil e absorveu o valor nas contas de reserva legal e reserva de retenção de lucros, em conformidade com o art. 189 da Lei 6.404/76.

16 - Receitas

	2023	2022
Receita de pedágio	-	200.308
Receita extraordinária	-	1.351
Receita de construção *	-	11.074
Tributos incidentes sobre as receitas	-	(17.214)
Abatimentos sobre Receitas de Pedágio	-	(2.657)
Receita líquida	-	192.862

* O reconhecimento da receita de construção era realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 (R1) – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Com o fim da exploração da rodovia, a Companhia deixou de auferir as receitas previstas no contrato de concessão.

Notas Explicativas**17 - Custos**

	2023	2022
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	-	(2.669)
Prestadores de serviço	-	(11.360)
Material, equipamento e veículos	-	(1.636)
Gastos gerais	-	(8.057)
Depreciação e amortização	-	(57.518)
	-	(81.240)
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	-	(8.326)
Prestadores de serviço	-	(7.804)
Material, equipamento e veículos	-	(2.250)
Gastos gerais	-	(1.295)
Custos contratuais de concessão	-	(5.016)
	-	(24.691)
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	-	(977)
Material, equipamento e veículos	-	(11)
	-	(988)
Custo de projetos especiais		
Custo de construção	-	(11.074)
Total	-	(117.993)

Os custos associados ao contrato de concessão deixaram de ser constituídos em 2023, em decorrência do fim da exploração da rodovia.

Notas Explicativas**18 - Despesas Gerais e Administrativas****a) Despesas Gerais e Administrativas**

	2023	2022
Salários, encargos e benefícios	(4.118)	(11.090)
Serviços de terceiros	(4.125)	(4.255)
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	(270)	(1.834)
Despesas gerais	(4.604)	(7.648)
Despesas de remuneração de dirigentes	(1.698)	(2.388)
Total	(14.815)	(27.215)

b) Provisões para Contingências

	2023	2022
Provisões para contingências*	5.058	(864)
Valores contingenciados*	(18.281)	(877)
Total	(13.223)	(1.741)

c) Provisão para Impairment

	2023	2022
Provisão para impairment	(22.782)	-
	(22.782)	-
Total	(50.820)	(28.956)

*O aumento nas rubricas de Valores contingenciados e Provisões para contingências refere-se ao provisionamento e realização do acordo judicial firmado no primeiro trimestre, conforme nota 13-Contingências.

Notas Explicativas**19 - Receitas e Despesas Financeiras**

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	7.557	14.724
Juros ativos	12	34
Variação monetária ativa	715	-
Descontos obtidos	1	9
	<u>8.285</u>	<u>14.767</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(464)	(923)
Despesa Financeira - Arrendamento	-	(208)
	<u>(464)</u>	<u>(1.131)</u>
Remuneração de Debenturistas	(28.500)	(25.528)
Total	<u>(20.679)</u>	<u>(11.892)</u>

20 - Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados**a) Participação dos Empregados nos Lucros & Resultados (PLR)**

A Companhia atribui a seus empregados, quando aplicável remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes.

Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2023, foram atribuídos aos diretores, R\$ 578 e a empregados e diretores, R\$ 4.029 em 2022.

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2023, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 5.400.

Notas Explicativas

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2023			2022		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	976	722	1.698	1.742	646	2.388
Bônus variáveis (i)	578	-	578	2.094	-	2.094
Outros	129	-	129	124	-	124
Total	1.683	722	2.405	3.960	646	4.606

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

21 - Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil, seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2023			2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(28.390)	(24.119)	(52.509)	17.353	14.743	32.096
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro/Prejuízo por ação (R\$)	-581,92	-640,11	-607,28	355,70	391,27	371,20

(*) Para o Lucro/Prejuízo diluído em 31 de dezembro de 2023 e 2022, vide quadro abaixo:

Notas Explicativas

Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2023 e 2022, vide quadro abaixo:

	2023			2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(16.823)	(35.686)	(52.509)	10.283	21.813	32.096
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	-	-	-	4.427	9.393	13.820
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	(16.823)	(35.686)	(52.509)	14.710	31.206	45.916
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro/Prejuízo por ação (R\$)	-246,10	-270,71	-262,30	301,52	331,71	321,40

(1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debentures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

(2) Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Não houve distribuição de lucros no 4º trimestre de 2023. Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de participação dos debenturistas, que foi de 100% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 14.4.

22 - Coberturas de Seguros (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros para as principais modalidades associadas ao atual modelo de negócio, cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2023:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Administradores e Diretores	25.000	16.08.23 a 16.08.24	Ezze Seguros
Garantia	12.964	29.11.22 a 08.12.27	Pottencial Seguradora S/A
Automóveis	340	30.01.24 a 30.01.25	Tokio Marine Seguradora

Notas Explicativas

24 - Eventos Subsequentes

A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT) Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A., em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Desequilíbrio econômico - contrato de concessão

Conforme divulgado na nota explicativa nº12c, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, embora reconhecido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, permanece sem consenso entre as partes, no que se refere ao valor, prazo e forma de reequilibrar o contrato de concessão, a despeito das previsões contratuais e legislação em vigor. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores desse ativo ou quanto a valores e classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas para o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão.

Conclusão do prazo exploratório – contrato de concessão

Chamamos a atenção para a nota explicativas nº1 que destaca que em 21 de setembro de 2022, o novo concessionário EcoRioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis. Esse evento, indica o encerramento das atividades operacionais da Companhia, neste momento.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme nota explicativa nº12, a Companhia é parte em processos de natureza cível e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisão nas demonstrações financeiras nos casos em que considera que haverá perda provável, conforme preconização da norma contábil CPC 25 (IAS 17) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Além das ações consideradas como perda provável, a Companhia possui ações trabalhistas e civis, em curso, para as quais não foram registradas provisões, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela Administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

As avaliações de risco e as estimativas de perdas são elaboradas pela administração com base nas evidências disponíveis e nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, envolvendo elevado grau de julgamento, dada a complexidade dos temas.

A avaliação da administração leva em consideração, também, acordos de indenização de eventuais perdas nos referidos processos, negociados separadamente com companhias seguradoras. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em alterações nas avaliações dos riscos de perda e impactar de forma significativa as provisões constituídas e o resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia, (b) inspeção de atas de reuniões da Administração e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Consideramos como razoáveis os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as correspondentes divulgações, estando consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram por nós examinadas, cujo relatório datado de 24 de fevereiro de 2023 foi emitido com opinião sem modificação, contendo ênfases referente ao Desequilíbrio econômico – contrato de concessão e Conclusão do prazo exploratório - contrato de concessão, conforme mencionadas acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC- RJ 060.611/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relações com Investidores da Concessionária Rio-Teresópolis S/A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua do Passeio, 38 – 15º andar – Centro - Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 27 da instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relações com Investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua do Passeio, 38 – 15º andar – Centro – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório da BKR Lopes, Machado Auditores, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores